



## Documento de Trabalho

- 14/12/2004 - As Nações Unidas e o caráter da segurança coletiva após a Guerra Fria.....p.01**

Escrito pelo Prof. Onofre dos Santos Filho, do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas, o presente estudo trata de analisar o desempenho dos instrumentos decisórios e de controle da estabilidade internacional das Nações Unidas no que se refere à segurança coletiva no pós-Guerra Fria.

## Análises

- 14/12/2004 - A arquitetura institucional do Mercosul no marco dos dez anos do Protocolo de Ouro Preto .....p.07**

Presidentes e Ministros presentes nas reuniões em Belo Horizonte deverão reavaliar os aspectos institucionais do Mercosul com vistas a melhorar os problemas identificados ao longo da última década, em seu aniversário de 10 anos.

- 16/12/2004 - O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU....p.10**

A reforma da ONU, inclusive do Conselho de Segurança, pode ser aprovada durante 2005. Isso traria implicações para a política externa brasileira, caso o Brasil consiga um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, como vem pleiteando.

- 17/12/2004 - O Mercosul e a integração física na América do Sul .....p.12**

A infraestrutura de integração na América do Sul é abordada em Reunião do Mercosul na medida em que o bloco realiza acordos de integração econômica com outros blocos e países do subcontinente.

## Resenhas

- 06/12/2004 - Irã renova seu acordo com França, Alemanha e Reino Unido às vésperas de reunião da AIEA.....p.15**

O Conselho de Diretores da AIEA se reúne em 25 de novembro e adota resolução endossando a suspensão voluntária, por parte do Irã, das atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio no país. A iniciativa iraniana resultou da renovação do acordo que o país tinha feito com França, Reino Unido e Alemanha em fevereiro de 2004.

**10/12/2004 - Fim do impasse político na Ucrânia.....p.17**

Após vários dias de protestos, o impasse político na Ucrânia teve seu fim com a decisão da Suprema Corte em invalidar as eleições presidenciais e com a emenda constitucional aprovada no parlamento, que permitirá a realização de um novo segundo turno das eleições presidenciais no dia 26 de dezembro.

**13/12/2004 - Reunião de Cuzco marca lançamento da Comunidade Sul Americana de Nações .....p.19**

A III Reunião de presidentes da América do Sul debate as questões de integração física do subcontinente e seu financiamento. Esse encontro é uma continuação da iniciativa brasileira de formação de um bloco econômico iniciado em 2000 em Brasília.

**15/12/2004 - Conselho Mercado Comum do Mercosul se reúne às vésperas do aniversário de dez anos do bloco .....p.22**

As reuniões do Conselho Mercado Comum, do Grupo Mercado Comum e dos empresariais do Mercosul deverão resultar em trabalhos a serem incluídos nos documentos finais, os quais serão formalizados pelos Chefes de Estado durante a Cúpula de Presidentes em Ouro Preto, no dia 17 de dezembro.

---

# As Nações Unidas e o caráter da segurança coletiva após a Guerra Fria

---

Documento de Trabalho  
Segurança

Prof. Onofre dos Santos Filho  
14 de dezembro de 2004

---

Escrito pelo Prof. Onofre dos Santos Filho, do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas, o presente estudo trata de analisar o desempenho dos instrumentos decisórios e de controle da estabilidade internacional das Nações Unidas no que se refere à segurança coletiva no pós-Guerra Fria.

---

Desde o fim da bipolaridade debate-se a capacidade das Nações Unidas em garantir, com eficácia, a estabilidade internacional e de equacionar os conflitos inter e intra-estados. A polêmica no Conselho de Segurança acerca da invasão anglo-estadunidense ao Iraque aprofundou a discussão. Segundo algumas análises o episódio expôs a dificuldade das Nações Unidas em fazer valer seus instrumentos decisórios e de controle da estabilidade internacional quando estão em jogo interesses de grandes potências ou quando as decisões tomadas impliquem recursos que, utilizados, resultam em prejuízos para estas mesmas grandes potências. Tudo isto deixaria entrever, na visão de muitos, que as Nações Unidas somente são eficazes na manutenção da segurança internacional quando há consenso entre as potências e as suas ações não representem dano aos interesses hegemônicos.

Há, certamente, precipitação nestas interpretações. Uma delas decorre de uma compreensão equivocada sobre a natureza das regras e de seu papel no plano

internacional. Regras, diferentemente das leis do ponto de vista doméstico, são guias para a ação, um recurso compartilhado que permite aos agentes identificarem-se, identificarem os outros atores, efetuarem cálculos para o curso da ação, certificarem-se do que podem ou não podem fazer e, mais ainda, conscientizarem-se das consequências de suas ações, bem como do significado daquilo que empreendem. Regras persistentes no tempo constituem padrões institucionalizados de comportamento que passam, como *estruturas ideacionais - objetos mentais* como conceitos, símbolos, teorias e ideologias compartilhadas -, a orientar as práticas dos atores e lhes oferecer modelos de significado e de entendimento para suas ações.

A *estrutura ideacional* das Nações Unidas se fundamenta, além dos valores gerais da Modernidade ocidental, em dois grandes signos: *liberdade* - pensada como direito de expressão, autodeterminação, movimento, de pensamento etc. - e *igualdade* - direitos sociais, justiça, bem-estar, desenvolvimento etc. Eles operam como vetores simbólicos para um conjunto de



regras que fornecem significado para a ordem bipolar e para a canalização das demandas estatais relativas à segurança e ao exercício da violência por parte dos estados-membros da organização. Sobretudo, permitem quadros de referência para os dois macro-sistemas sociais da guerra fria, o bloco capitalista – orientado pelos *valores de liberdade* – e o bloco socialista – orientado pelos *valores de igualdade*. Oferecem, assim, um campo simbólico de possibilidades para a luta por hegemonia destas duas grandes visões de mundo e para o exercício legítimo de poder pelos dois maiores agentes da guerra fria: os Estados Unidos e a União Soviética. Estes signos funcionam como tradutores semânticos entre aquilo que é expresso nos atos de fundação das Nações Unidas – o reconhecimento, por exemplo, do direito de povos e de estados lutarem pela *liberdade* e a *igualdade* – e aquilo que os dois grandes blocos entendem e defendem como sendo *liberdade* e *igualdade*. Desta forma, permitem às duas potências apresentarem suas demandas como legítimas no âmbito da organização, bem como a construção de marcos consensuais que aglutinam estados e sociedades em torno dos dois grandes ideários que propagam.

Uma das implicações dessa *estrutura ideacional* é a construção, após a Segunda Grande Guerra, de um *conhecimento consensual* acerca da segurança internacional. Compartilhado pelos estados, nas Nações Unidas, esse *consenso* pressupõe o reconhecimento da posse do território como condição para o exercício legítimo da violência por unidades políticas autônomas. Tal pressuposto implica: a) a violência estatal é um atributo legítimo e reconhecido pelos estados nas relações entre si quando da violação de suas prerrogativas soberanas ou de invasão de seus territórios; b) a violência nacional é prerrogativa de povos quando em luta pela autodeterminação e/ou libertação de jugo externo, caso estas coletividades recusem esta dominação e

aspirem constituir estados soberanos; c) a violência sistêmica é atributo legítimo dos estados na defesa do sistema de crenças que orienta as duas grandes configurações da ordem bipolar, o capitalismo e o socialismo.

O primeiro ponto a considerar é a efetividade desta *estrutura ideacional* após a guerra fria e para isto temos que pensá-la a partir de duas perspectivas distintas: aquela que concerne à política internacional – afeta aos atores estatais – e aquela que concerne à política transnacional – afeta aos atores não-estatais. No segundo caso, se consideramos as agências especializadas das Nações Unidas e os organismos que se voltam para temáticas específicas, o conjunto de crenças fundadoras ainda é capaz de mobilizar politicamente os agentes e expressar suas demandas. Em graus variados de eficácia as diversas conferências da *Agenda Social das Nações Unidas*, por exemplo, tem favorecido a realização de uma série de mudanças internas nos estados no que se refere às mulheres, aos indígenas, às crianças, à educação etc. Apesar das críticas que organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional enfrentam, as demandas políticas canalizadas pelas Nações Unidas ainda são expressas e formuladas a partir do conjunto de valores orientados por signos como *liberdade, respeito às diferenças, democratização de regimes políticos, autodeterminação, igualdade, respeito aos direitos políticos, sociais e ambientais* etc.

Do ponto de vista da política internacional tendemos a considerar que a *estrutura ideacional* das Nações Unidas não apresenta condições efetivas de oferecer parâmetros e orientação para a ação dos agentes estatais. Entre outras razões por que o fim da guerra fria afastou aquilo que era tido como perigo recíproco pelos dois blocos alterando-se, desta forma, os termos do regime de segurança coletiva. Independente de o mundo ser unipolar ou multipolar, a percepção de uma ameaça

constantemente pairando sobre a sobrevivência dos estados perdeu sua força explicativa. Isto significa que a idéia de um *mundo livre* versus um *mundo igualitário* não encontra mais eficácia simbólica capaz de aglutinar demandas dos estados em uma coalizão em torno de um dos dois pólos. Na ausência daquilo que representava uma ameaça potencial a um dos dois mundos, os estados acentuaram sua participação em projetos específicos quer na formação de grandes blocos de integração como a União Européia ou se viram às voltas com demandas que se conservaram latentes na guerra fria como conflitos étnicos, territoriais ou religiosos, bem como demandas ambientais, de exclusão social, desenvolvimento, modernização etc.

Dessas considerações emerge o segundo ponto da efetividade da *estrutura ideacional* das Nações Unidas: a defesa dos valores modernos e ocidentais far-se-á, agora, em função de quê? O desaparecimento do antigo bloco soviético, a difusão do modelo de economia de livre-mercado, a constituição de regimes políticos orientados pelo modelo da democracia liberal enfim, a expansão generalizada do *arranjo institucional* da Modernidade por territórios e regiões que, até então, eram impermeáveis a este arranjo, modificaram as *identidades estatais*.

Regimes democráticos, apesar de não poderem controlar diretamente a agenda de segurança dos estados, constroem, hipoteticamente, instrumentos que obrigam os governos a adotarem atitudes transparentes em suas decisões, a prestarem conta de suas ações e, em níveis variados, fiscaliza-se o processo político. Estes mecanismos, se não controlam, constrangem a independência decisória dos estados. Caso se traduzam em processos eficientes de regulação por parte de Parlamentos e de agentes da sociedade civil, aumentam os custos de reversão das decisões, o que influi no cálculo estratégico dos estados ao se decidirem por declarar guerras, optarem

por soluções de força etc.

Isso não significa que os estados deixarão de considerar o tema da segurança em suas agendas, mas que o reorientarão em função da dinâmica política interna. Dependendo do grau de democratização da ordem doméstica os agentes sociais e políticos ampliarão a agenda política dos estados em termos de bem-estar, de justiça social, de pleno emprego, enfim pressionarão, por exemplo, por modernização e desenvolvimento. Aliado aos instrumentos de controle político e de atenção a estas demandas os estados podem redefinir suas preferências externas em termos do papel que exercem nas interações uns com os outros. A necessidade de atração de recursos, de incremento das atividades comerciais e similares contribui para a emergência de instrumentos cooperativos o que, por sua vez, exige a criação de um ambiente favorável às transações entre os estados e entre os agentes transnacionais.

Esse fenômeno não impede, ou subverte, o dilema de segurança, mas altera o princípio de permanente desconfiança mútua que rege a relação entre os estados. Isto por que um cenário favorável às transações entre os agentes estatais e transnacionais força a preocupação com a estabilidade da sociedade internacional de forma que ela possa propiciar, minimamente possível, o ambiente favorável ao alargamento da agenda interestatal. Ora, pensar a estabilidade geral, não é igual a pensar a estabilidade particular de si mesmo em termos de sobrevivência como estado. Uma guerra, por exemplo, pode produzir instabilidade generalizada que põe em perigo os interesses dos estados ou, até mesmo, a sua própria sobrevivência. A segurança, desta forma, alarga-se para além da auto-sobrevivência e passa a ser concebida em termos de ameaças, quer estatais ou não-estatais, que possam impedir ou dificultar o *funcionamento normal* das diversas modalidades de interação existentes na sociedade internacional.



Era de se esperar, então, que este novo ambiente favorecesse as Nações Unidas como fiadoras de um novo regime de segurança coletiva. No entanto, na euforia da derrocada do chamado *socialismo real*, esqueceu-se de considerar, com a devida seriedade, uma pergunta simples: qual seria, nestes novos tempos, o papel das potências da antiga configuração bipolar? O ordenamento internacional na guerra fria orientava o Sistema das Nações Unidas para a defesa genérica do Ocidente contra um sistema de crenças percebido como ameaçador à permanência do mesmo. Se este ordenamento termina e se o arranjo institucional moderno se universaliza, todo o aparato de segurança por ele orientado perde sua eficácia na dotação de sentido para as práticas dele resultantes. Afinal de contas, o poderio de um aparato bélico, como o estadunidense e o russo, provê segurança e proteção de quem contra quem?

Não é fortuita, então, a reorientação da política de segurança dos Estados Unidos, após a guerra fria, para temas como o tráfico de drogas, a criminalidade internacional, para a condenação internacional dos chamados *estados párias*. A Rússia, por sua vez, redireciona suas estratégias em termos do controle de seu entorno fronteiriço tentando influenciar no jogo político interno das ex-repúblicas soviéticas ou intervindo, diretamente, nos casos de tentativas de rupturas mais graves como secessões, declarações unilaterais de independência política etc. Se o poderio bélico estadunidense e russo encontrava expressão na defesa dos valores políticos do ocidente ou do socialismo tal discurso se diluiu frente ao próprio desaparecimento do antigo bloco socialista e da expansão da democracia liberal por várias regiões do globo. Temos, então, duas potências à deriva, com poder bélico não superável por nenhum estado em particular e às voltas com seus problemas específicos - já que as referências gerais que sustentavam a

*utilidade* e a *funcionalidade* deste poderio perderam sentido com o desaparecimento da ordem bipolar.

Os atentados de 11 de setembro e aqueles que lhes deram seqüência puseram, ainda mais em evidência, a eficácia da *estrutura ideacional* das Nações Unidas em oferecer parâmetros para um regime de segurança coletiva. A violência reivindicada e exercida pelos grupos terroristas de alcance global não encontrou ressonância cognitiva no conhecimento consensual compartilhado pelos estados no âmbito das Nações Unidas. Isto por que esta violência não pode ser percebida como uma agressão de um estado a outro estado, não pode ser pensada como recurso político legítimo ou tolerável de um povo ou grupo étnico às voltas com a sua libertação colonial ou pela prerrogativa de autodeterminação. Pelo seu caráter difuso e errático o terrorismo poderia ser entendido como uma ameaça à estabilidade geral da sociedade internacional e parece ter sido este o caminho tentado pelos Estados Unidos e Reino Unido, quando da reivindicação de uma resolução que autorizasse o uso da força contra o Afeganistão e, mais tarde, contra o Iraque - tido como supostos acolhedores dos autores dos atentados.

Uma resposta positiva implicaria, no marco decisório do Conselho de Segurança, uma concertação de estados no qual o combate ao terrorismo respeitasse, por exemplo, a soberania dos estados. Isto por que a reação exigiria a separação entre a nacionalidade do autor do atentado e o estado que, supostamente, o representa no âmbito internacional. Em outras palavras: a nacionalidade saudita de integrantes da *Al Qaeda*, não poderia resultar em uma declaração de guerra contra a Arábia Saudita. Tratava-se então de entender um ataque a um estado por um grupo transnacional como um ato de guerra, mas sem respondê-lo como um ato de guerra. Ter-se-ia que considerar o caráter de segurança estatal nele encerrado, mas respondê-lo como uma operação policial



de busca e de aprisionamento para além da jurisdição territorial do próprio estado. Ou seja: a realização de uma operação policial como se fosse uma operação de guerra, mas sem o *status* de guerra.

Ora, o padrão institucionalizado sobre o exercício da violência nas Nações Unidas e compartilhado pelos estados não prevê este tipo de situação ou de problema. O único meio possível para isto, sem provocar problemas do ponto de vista da soberania dos estados, seria estes perceberem o terrorismo como um problema de segurança interna, transnacionalmente articulado e que demandava ações locais de repressão orientadas por diretrizes e objetivos globais. Além de exigir abertura e colaboração em um tema afeto à ordem interna - o que levaria a acordos e decisões sujeitas à dinâmica de interesses políticos domésticos - seria preciso, de fato, que os estados se sentissem diante de uma ameaça percebida como real e efetivamente generalizada para que se dispusessem a tal empreendimento.

Foi visível, por exemplo, o esforço da diplomacia estadunidense e principalmente da britânica, em transformarem sua causa em uma causa de caráter global, em um problema geral de estabilidade da sociedade internacional que mereceria a atenção e a ação imediata de todos os estados nacionais. Não importando aqui os interesses estratégicos dos estados que se opuseram ou apoiaram a invasão, o problema é que os Estados Unidos e o Reino Unido não conseguiram *convencer* as Nações Unidas que a reivindicação por eles apresentada configurava-se como uma demanda inerente à segurança de todos os estados. Como já sabemos, a capacidade bélica estadunidense permitiu-lhe levar adiante sua proposta, mas as consequências de sua ação para a continuidade do regime de segurança coletiva herdado da ordem bipolar persistiram e, até mesmo, se aprofundaram. Isto por que a resposta possível dos estados aos atentados, bem

como a ação desencadeada pelos dois estados, Reino Unido e Estados Unidos, eram mais índices da ineficácia da *estrutura ideacional* das Nações Unidas, do que afirmação de sua capacidade em gerar referências efetivas para a ação dos estados.

Assim, ao invés de oferecer explicações plausíveis aos estados para combater a transnacionalização do terrorismo - novas bases para um acordo consensual acerca da manutenção da segurança e para o exercício da violência - favoreceu-se, justamente, o oposto: a paralisa decisória e a aquiescência diante de soluções unilaterais. Remetido à órbita decisória dos Estados Unidos, tornou-se um problema particular daquele estado, e não um problema de segurança coletiva da sociedade internacional. Hipoteticamente os Estados Unidos - ao que parece, quaisquer outros estados depois disso - estão livres para se defender, pois são, segundo o próprio marco institucional compartilhado pelas Nações Unidas, responsáveis pelas sociedades do qual fazem parte. Atacando estados como o Afeganistão e o Iraque, ameaçando o Irã e a Coréia do Norte os Estados Unidos podem, assim, justificar suas ações sob a perspectiva de defesa dos valores ocidentais. Como se trata de estados nos quais o arranjo institucional moderno não vingou completamente, a ação anglo-estadunidense ainda que condenável, pode ser tolerada e compreendida nos termos do acordo consensual das Nações Unidas. De certa forma, o poderio bélico dos Estados Unidos pode ser visto, nesta perspectiva, como protetor dos valores ocidentais contra aqueles que ainda lhes oferece resistência. Desta forma, dotam de sentido suas ações em padrões cognitivos inteligíveis ainda no quadro de valores da guerra fria - quando ainda eram vistos como necessários preservar e defender.

Esta equação, no entanto, revelou-se traíçoeira. Ao longo do tempo ela abriu espaço para que estados, às voltas, após a guerra fria, com os problemas específicos

que exigiam negociação, lançassem mão de soluções de força para o conjunto de questões que se defrontavam. O recrudescimento do conflito palestino-israelense, a retomada, efetiva ou presumida, de dominação de tecnologia nuclear pelo Iran e pela Coréia do Norte, a utilização da retórica nuclear pela Índia e pelo Paquistão no conflito pela Caxemira são indícios deste processo. O combate ao terrorismo e o conjunto de alianças que se constituíram após a paralisação decisória do Conselho de Segurança redirecionaram as preferências das antigas potências e lhes conferiu um novo significado: são as únicas, com o arsenal bélico que preservaram, capazes de fazerem frente à nova ameaça. Concomitantemente, permitiu que muitos dos estados antes considerados *párias* - *free-riders* da nova interação estratégica - surgissem como parceiros das potências e como moeda de troca, estas se tornaram *indiferentes* às ações por eles adotadas no equacionamento de suas pendências internas e externas. É como se fosse uma reedição tardia da guerra fria que, sob nova indumentária, desloca-se, neste novo contexto, para a periferia da sociedade internacional.

Não se podem prever os resultados deste processo. Organizações Internacionais, como as Nações Unidas, expressam, por meio de sua *estrutura ideacional*, padrões institucionalizados de conduta capazes de gerar diretrizes políticas, programas de ação e quadros de referência que permitem visualizar problemas e, coletivamente, encontrar soluções consensuais entre os atores. As Nações Unidas são arranjos entre estados acerca da manutenção da segurança coletiva internacional e, neste sentido, nada mais são do que coalizão de estados que, por sua vez, expressam, no plano externo, coalizões resultantes de arranjos políticos e decisórios internos. Como argumentamos, a coalizão, de alguma maneira, defrontou-se com um problema não previsto em sua *estrutura ideacional* e

para o qual não conseguiu fornecer respostas convincentes. Um novo *conhecimento consensual* sobre o provimento da segurança internacional terá que ser capaz de traduzir a violência transnacional dos grupos terroristas em um código comprehensível à estrutura de preferência dos estados. Sobretudo, terá que ser capaz de produzir funcionalidade e utilidade para o poderio bélico das potências remanescentes da guerra fria de maneira a redirecionar suas capacidades de força para a garantia de estabilidade geral do sistema. Isto exigirá um longo aprendizado por parte dos estados agrupados nas Nações Unidas e as organizações internacionais, como se sabe, aprendem de duas maneiras: pela socialização continuada nos processos interativos, ou por erro e acerto. Parece, que neste caso, irá prevalecer a segunda opção - principalmente se as intervenções estadunidenses ou a ingerência russa no seu entorno fronteiriço, não lograrem êxito naquilo que se propuseram.

---

# A arquitetura institucional do Mercosul no marco dos dez anos do Protocolo de Ouro Preto

---

Análise  
Integração Regional

*Camila Penna de Castro*  
14 de dezembro de 2004

**Presidentes e Ministros presentes nas reuniões em Belo Horizonte deverão reavaliar os aspectos institucionais do Mercosul com vistas a melhorar os problemas identificados ao longo da última década, em seu aniversário de 10 anos.**

---

**A** criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) representa o resultado de um longo processo de aproximação entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Ao longo da década de setenta, obstáculos de natureza política e econômica dificultaram o aprofundamento do processo de integração na América do Sul. Divergências acerca do aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata, por exemplo, opuseram os dois maiores países da região – Brasil e Argentina – o que foi superado somente no final dos anos setenta. Com efeito, a integração Brasil-Argentina, antecedente imediato do Mercosul, foi impulsionada após a superação de divergências políticas, com o fim dos governos militares, com a assinatura da “Declaração de Iguaçu”, em 1985, pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín. A iniciativa buscava acelerar a integração em diversas áreas (técnica, econômica, financeira, comercial, etc) e estabelecia, além disso, as bases para a cooperação no campo do uso pacífico da energia nuclear.

Em 1986, foi firmada a “Ata de Integração Brasileiro-Argentina”, que estabeleceu um programa de integração com vistas a

propiciar um espaço econômico comum através da abertura seletiva dos mercados de ambos os países. Em 1988, o processo de integração evoluiu para o “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento”, cujo objetivo era construir, em um prazo de 10 anos, um espaço econômico comum. O Tratado previa, portanto, a eliminação de todos os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio de bens e serviços. Mais tarde, em 1990, Brasil e Argentina assinaram a “Ata de Buenos Aires”, mediante a qual se fixa a data de dezembro de 1994 para a conformação definitiva de um Mercado Comum entre os países.

Em 1990, Paraguai e Uruguai são convidados a se incorporar ao processo integracionista, tendo em vista a densidade de laços econômicos e políticos que os une a Brasil e Argentina. Como consequência, foi firmado, em março de 1991, o “Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul”.

O Tratado de Assunção, instrumento jurídico fundamental do Mercosul, estabeleceu as condições para alcançar, em dezembro de 1994, através do Protocolo de Ouro Preto, uma área de livre comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai, e



Uruguai. O Tratado conta com elementos de natureza contratual, baseados no princípio de reciprocidade, como o programa de liberalização comercial e o compromisso de harmonização de políticas. Os órgãos criados pelo Tratado de Assunção - e mais tarde consolidados pelo Protocolo de Ouro Preto - têm natureza intergovernamental, o que significa que os representantes de cada país nesses órgãos representam a vontade de seus governos.

Os órgãos que compõem o Mercosul são:

- a) Conselho Mercado Comum (CMC) - órgão superior, integrado por Ministros de Relações Exteriores e Ministros de Economia (ou seus equivalentes) dos Estados-parte. Reúne-se pelo menos duas vezes por ano, com a presença dos presidentes dos quatro países. Têm presidência rotativa e emite decisões. A Argentina está atualmente na presidência do órgão.
- b) Grupo Mercado Comum (GMC) - órgão executivo integrado por representantes dos ministros de diversas áreas. Emite resoluções.
- c) Comissão de Comércio do Mercosul (CCM) - órgão auxiliar do GMC, criado para acompanhar a implementação dos instrumentos de política comercial comum do Mercosul.
- d) Comissão Parlamentar Conjunta - órgão de representação dos Parlamentos Nacionais.
- e) Fórum Consultivo Econômico-Social - órgão de representação dos setores econômicos e sociais dos quatro países
- f) Secretaria Administrativa - serve para apoio operacional e de arquivo oficial da documentação do Mercosul.

Além desses, subsidiam os trabalhos do Mercosul os seguintes órgãos vinculados ao GMC: Subgrupos de Trabalho, Reuniões Especializadas, Reuniões de Ministros e Grupos *Ad Hoc*. Todas as decisões do Mercosul são tomadas a partir

do consenso entre os quatro membros do bloco.

Observando-se a estrutura institucional do Mercosul, pode-se perceber que todos os órgãos decisórios do bloco têm caráter intergovernamental - e ainda que os dois órgãos mais importantes pelo seu poder decisório e de execução são compostos apenas de altos membros dos executivos nacionais. A Secretaria Administrativa, que poderia ser considerada o único órgão não intergovernamental, acumula funções apenas administrativas de apoio operacional, não chegando, pois, a ser um órgão supranacional.

É possível observar também que o número de instituições e a periodicidade com que suas reuniões ocorrem são relativamente escassas. Além disso, vários dos regulamentos acordados em ocasião das reuniões do CMC e GMC não foram observados pelos membros do bloco. Com efeito, maior parte das normas não foi internalizada nos sistemas jurídicos nacionais. Essa discrepância entre o que é decidido e o que é de fato realizado acaba por contribuir para um descrédito em relação ao Mercosul - pois sua eficácia e utilidade são postas em cheque.

Nesse sentido, uma das críticas destinadas ao bloco diz respeito ao caráter essencialmente intergovernamental das negociações substantivas intra-Mercosul, o que resultaria em uma escassa permeabilidade do processo decisório em relação aos demais atores do processo - especialmente ao setor empresarial. Essa crítica é justificável na medida em que se verifica uma dificuldade na priorização - em base coletiva - da agenda real do bloco, o que por sua vez dificulta a coordenação entre os diversos setores para a padronização de normas e outras políticas e ações necessárias ao cumprimento do que foi acordado.

Todavia, analistas afirmam que esse caráter essencialmente intergovernamental das principais instituições do bloco foi o elemento que



permitiu ao Mercosul sobreviver às crises da última década. Tal argumento se baseia no estudo dos processos de integração dos outros blocos da América Latina, anteriores ao Mercosul. O Mercado Comum Centro Americano (MCCA) e a Comunidade Andina das Nações (CA) foram processos de integração assentados, desde o princípio, em um alto grau de integração política e um projeto mais ambicioso de integração supranacional. Contudo, esses blocos tiveram suas bases prejudicadas, se não desmanteladas, quando das primeiras crises políticas e econômicas. Nesses casos, foi uma coordenação a nível presidencial que se mostrou eficaz para promover o relançamento desses blocos.

Nesse contexto, a concepção inicial de como deveria ser arquitetado o Mercosul deu-se por meio de uma baixa institucionalização política e uma burocratização mínima. Os governantes de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai exerceram, a partir de então, o papel de principais motores do processo e tomadores de decisão, o que em palavras de analistas se denomina “diplomacia presidencial”.

Atualmente, após dez anos de sua existência, o Mercosul tratará de reavaliar o seu caráter institucional. As reuniões realizadas em Belo Horizonte tratarão, entre outras coisas, desse tema. Juntamente com a reunião ordinária do CMC, realizar-se-á também o Primeiro Encontro Empresarial do Mercosul – o que poderia ser interpretado como um avanço no sentido do aumento da coordenação entre os setores público e privado. Na Cúpula de Presidentes em Ouro Preto espera-se a assinatura dos documentos resultantes das negociações levadas a cabo nas reuniões do GMC e do CMC e também entre esses órgãos e representantes e outros países e blocos, como Índia, Equador, Colômbia, MCCA e SACU (União Aduaneira Sul-Africana), entre outros.

## Referência

[Jornal do Brasil](#)

[Jornal O Tempo](#)

[Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#)

[Página do Governo do Brasil sobre o Mercosul](#)

[Portal Mercosur](#)

[Portal Ouro Preto](#)

### Ver também:

17/12/2004 - [O Mercosul e a integração física na América do Sul](#)

15/12/2004 - [Conselho Mercado Comum do Mercosul se reúne às vésperas do aniversário de dez anos do bloco](#)

14/12/2004 - [A arquitetura institucional do Mercosul no marco dos dez anos do Protocolo de Ouro Preto](#)

13/12/2004 - [Reuni?o de Cuzco marca lançamento da Comunidade Sul Americana de Nações](#)

02/12/2004 - [Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul](#)

15/10/2004 - [Representantes do Mercosul se preparam para Cúpula Presidencial de Ouro Preto](#)

08/10/2004 - [Aproxima-se prazo estabelecido para conclusão do acordo de livre comércio entre Mercosul e UE](#)



# O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU

Análise  
Segurança

Bárbara Gomes Lamas  
16 de dezembro de 2004

A reforma da ONU, inclusive do Conselho de Segurança, pode ser aprovada durante 2005. Isso traria implicações para a política externa brasileira, caso o Brasil consiga um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, como vem pleiteando.

Uma comissão foi nomeada pelo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, em fins de novembro, para estudar uma reforma na estrutura da ONU, inclusive do Conselho de Segurança. Atualmente, o órgão conta com 15 membros, dos quais cinco são permanentes (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) e dez, rotativos, eleitos pela Assembléia Geral, por período de dois anos, cuja função primordial é manter a paz e a segurança internacionais, em conformidade com os propósitos e princípios das Nações Unidas. Para tanto, o Conselho de Segurança deve investigar todas as controvérsias ou situações que possam criar atritos internacionais, e recomendar métodos ou condições de ajuste que minimizem tais controvérsias.

Existem várias propostas de ampliação do órgão, que abrangem diferentes posições quanto ao número de assentos, à qualidade destes assentos (permanentes ou não-permanentes), ao direito de voto aos possíveis novos membros permanentes, dentre outros aspectos. A comissão está considerando dois modelos: 1) aumentar o número de assentos permanentes de 5 para 11 e os não-permanentes de 10 para 13; 2) aumentar 9 assentos não-permanentes. O Brasil

defende a adição de cinco novos postos permanentes, sendo que três seriam ocupados por Estados em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina e Caribe (África do Sul, Índia e Brasil, respectivamente - apesar de a África do Sul não ter manifestado sua intenção de ocupar a função) e os outros dois seriam ocupados por Estados industrializados (Alemanha e Japão). Argumenta-se que assim se diminuiriam as disparidades de representação no Conselho de Segurança, aumentando sua legitimidade - sua composição reflete, ainda hoje, a ordem política internacional da década de 1960. Neste sentido, a reforma da ONU e do Conselho de Segurança serviria como adaptação à nova configuração mundial, em que se observam um aumento considerável no número de países independentes (de 51, em 1963 para 191, em 2004), o fim da Guerra Fria, o fortalecimento de atores não-estatais e a ampliação da agenda internacional.

Segundo o ministro Ricardo Neiva Tavares, porta-voz do Itamaraty, a grande maioria dos países defenderia a ampliação tanto dos assentos não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU quanto dos permanentes, inclusive a Rússia, um dos membros permanentes, França, e, claro, Índia, Japão, Alemanha e Brasil -



em setembro, os quatro países anunciaram que apóiam em conjunto sua respectiva reivindicação a uma vaga permanente no Conselho de Segurança. Outros países, no entanto, são contra: Itália, México, Argentina e Paquistão são um exemplo dos países que defendem a ampliação apenas dos assentos não-permanentes.

Participar do Conselho de Segurança demonstra particular importância no cenário internacional, na medida em que as decisões deste órgão são as únicas que têm caráter obrigatório, e não recomendatório, como as da Assembléia Geral e as dos demais organismos internacionais. Isto é, todos os Estados-membros da organização estão obrigados a aceitar e cumprir as decisões do Conselho. Neste sentido, tomar parte no Conselho de Segurança significa tomar parte das decisões mais relevantes no âmbito internacional e ter aumentado seu poder. Daí o interesse do Brasil e de outros países de integrar o corpo permanente do órgão – e a explicação da oposição da Itália, Argentina, México e Paquistão: ela se configuraria como uma tentativa de evitar a expansão do escopo de poder da Alemanha, Brasil e Índia.

Para justificar sua candidatura ao possível assento permanente no Conselho de Segurança, o Brasil vem participando de várias missões de paz internacionais, como a missão do Timor Leste, em que participou ativamente da criação do novo Estado, e a do Haiti, em que lidera a missão de paz da ONU (MINUSTAH), a fim de aumentar sua visibilidade e importância na arena internacional. Com isso, demonstraria liderança e capacidade de lidar com assuntos da agenda internacional.

Se, de fato, o Brasil for o escolhido para assumir um dos assentos do Conselho de Segurança, é inegável que seu peso no cenário internacional aumentaria, o país teria voz mais ativa nas principais deliberações internacionais e, consequentemente, mais poder. Isso, no

entanto, implica não só maior responsabilidade, como também a tomada de posição quanto a diversas questões que, de outra forma, poderia se abster, de forma a incorrer em custos adicionais. Daí a necessidade de se ter em conta estes aspectos antes de se pleitear um assento no Conselho de Segurança.

## Referência

[BBC News](#)

[Centro de Informação das Nações Unidas](#)

[Folha de São Paulo](#)

[Ministério das Relações Exteriores](#)

### Ver também:

22/10/2004 - [Aumento de violência desafia missão da ONU no Haiti](#)

07/10/2004 - [Situação Emergencial no Haiti](#)

20/08/2004 - [Tropas brasileiras no Haiti](#)

10/06/2004 - [Intervenção da ONU no Haiti: a Busca de Segurança e de Condições de Governabilidade](#)



# O Mercosul e a integração física na América do Sul

Análise  
Economia e Comércio / Integração Regional / Desenvolvimento

*Camila Penna de Castro*  
17 de dezembro de 2004

**A infraestrutura de integração na América do Sul é abordada em Reunião do Mercosul na medida em que o bloco realiza acordos de integração econômica com outros blocos e países do subcontinente.**

Um dos temas tratados pelo Conselho Mercado Comum do Mercosul em sua 27ª Reunião Ordinária é o da Integração Física. Em seu Programa de Trabalho 2004-2006 o Mercosul aborda o tema da Infraestrutura de Integração como parte da “Nova Agenda de Integração”, reconhecendo a necessidade de melhorar a infraestrutura para aumentar a competitividade do bloco. Por Infraestrutura de Integração entende-se as diferentes redes pelas quais se facilita o fluxo de bens e pessoas (rede de transportes), de energia (rede energética), e de informação (rede de telecomunicações) entre países membros de um processo de integração ou simplesmente entre países vizinhos. A integração física é um aspecto importante da integração regional, uma vez que a redução das barreiras comerciais por si só não é suficiente para a verificação de um aumento nos fluxos comerciais. É necessário que haja boas condições de infraestrutura para que esses produtos possam ser transportados a baixos custos, garantindo sua competitividade.

A integração física no Mercosul é atualmente tratada na Reunião Especializada do Mercosul – um subgrupo do Grupo Mercado Comum (GMC).

Contudo, as iniciativas de Integração Física dizem respeito a outros países além dos membros e associados do bloco. Com efeito, os dois principais países do Mercosul têm acordos bilaterais e desenvolvem projetos ou programas de infraestrutura com vários dos países da América do Sul, o que envolve no processo de negociação desses projetos.

A abertura das economias aos vizinhos nos últimos anos incrementou a demanda por infraestrutura regional. Entretanto, uma melhora correspondente da infraestrutura que interconecta os países que se entregam não se produziu, ao menos não em escala suficiente. A orientação regional em direção aos mercados internacionais estimulou uma maior especialização e um maior comércio regional entre indústrias e bens e serviços de maior valor agregado.

Devido à natureza dos trabalhos que são requeridos nos serviços de infraestrutura – grandes investimentos, longo período de gestação e recuperação e geração de significativas externalidades – esses serviços têm sido providos, ao longo das últimas décadas, principalmente pelo setor público. Contudo, em meados dos anos 80, os elevados níveis de dívida, ajustes estruturais e graves desequilíbrios



fiscais enfrentados pelos Estados contribuíram para a redução dos investimentos em infraestrutura, o que conduziu a um crescente déficit na sua oferta e afetou a competitividade e o crescimento da região.

Na década de 90, como parte das reformas estruturais, cresceu a participação do setor privado nos serviços de infraestrutura, tanto através das privatizações quanto através do outorgamento de concessões. Os setores de energia e telecomunicações foram os que mais atraíram investimento privado - em parte por suas altas taxas de rendimento se comparadas ao setor de transporte. Não obstante o fato de a participação do setor privado ter ajudado a satisfazer as necessidades críticas de infraestrutura, a demanda por esses serviços continua sendo elevada e a capacidade financeira para encarar os novos projetos foi claramente afetada pelas crises econômicas ocorridas nas principais economias da região no final dos anos 90.

Além dos problemas de ordem econômica, a provisão regional de infraestrutura enfrenta problemas de ordem política. Os fluxos de integração regional geralmente se canalizam por meio de redes compartilhadas com o trânsito nacional e global, ou seja, na prática os serviços de diferente alcance geográfico compartilham a mesma rede de infraestrutura. Isso termina por gerar um incentivo para que as autoridades de um país possam ver as iniciativas regionais como um mecanismo de baixo custo para financiar projetos nacionais - justificando projetos puramente nacionais sobre o manto de complementaridade da rede internacional. Um problema adicional é que os projetos de infraestrutura transnacionais costumam ter custos e benefícios distribuídos de forma assimétrica entre os países; havendo, inclusive, casos em que os benefícios de um projeto fluem de um país enquanto os custos são incorridos a outro.

Esses fatores colocam desafios à ação multilateral para integração física, nomeadamente: é difícil para um país identificar todos os benefícios que pode obter de um projeto regional; e mesmo se os benefícios são conhecidos, por razões políticas os países podem não estar dispostos a pagar investimentos regionais fora de suas fronteiras, ainda que os benefícios nacionais excedam seu custo. Além disso, na atualidade existem poucos mecanismos institucionais socialmente aceitáveis para distribuir custos e benefícios regionais entre os países afetados. O que resulta no fato de que, até a data, existem poucos projetos de infraestrutura transnacionais exitosos que foram desenvolvidos como tal. Isso acaba por obstaculizar a integração física, aumentando o custo das trocas de mercadorias e mitigando os avanços em matéria de liberalização comercial.

Isso se torna particularmente paradoxal no contexto de alegada vontade política para a integração regional por parte dos governantes do subcontinente, haja vista o recém firmado acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN) com vistas a formar um bloco Sul-americano. Nesse contexto, é possível conceber as iniciativas para integração física como complementares e essenciais para a continuidade dos logros em matéria de eliminação de tarifas e coordenação política.

Como maneira de facilitar essa coordenação, os presidentes dos doze países da América do Sul impulsionaram a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-americana (IIRSA), que teve origem em uma cúpula presidencial na cidade de Brasília em 2000. Foi estabelecido aí um plano de ação cujo objetivo era melhorar a infraestrutura de integração no subcontinente para promover a produtividade e a competitividade em três campos: energia, telecomunicações e transporte.



Os projetos de infraestrutura são, no marco da Iniciativa, enquadrados em eixos regionais de integração e desenvolvimento, os quais interconectam os países da América do Sul. Da IIRSA participam também bancos de desenvolvimento, regional e fomento, que ajudam no estudo da factibilidade e na implementação dos projetos. Os bancos envolvidos que fazem parte da IIRSA são o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Em que pese a importância dessa iniciativa multilateral para a integração física, os projetos regionais apresentam ainda vários desafios e têm potencial para multiplicar problemas e conflitos. Pode-se dizer que devido a seu caráter de bem público regional, os serviços de infraestrutura resultam em uma tentação permanente para promover projetos baseados em razões políticas e não nos benefícios que derivam em termos econômicos e comerciais.

## Referência

[Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana \(IIRSA\)](#)

[Jornal do Brasil](#)

[Jornal O Tempo](#)

[Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#)

[Página do Governo do Brasil sobre o Mercosul](#)

[Portal Mercosur](#)

[Portal Ouro Preto](#)



# Irã renova seu acordo com França, Alemanha e Reino Unido às vésperas de reunião da AIEA

Resenha

Segurança / Integração Regional / Desenvolvimento

**Camila Penna de Castro**

10 de dezembro de 2004

O Conselho de Diretores da AIEA se reúne em 25 de novembro e adota resolução endossando a suspensão voluntária, por parte do Irã, das atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio no país. A iniciativa iraniana resultou da renovação do acordo que o país tinha feito com França, Reino Unido e Alemanha em fevereiro de 2004.

No dia 14 de novembro de 2004 o Irã (ver mapa) enviou uma carta à Agencia Internacional de Energia Atômica (AIEA) declarando que estava suspendendo, a partir de então, todas as atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio. A decisão de Teerã resultou da renovação de um acordo feito entre o país e o chamado EU-3 – França, Alemanha e Reino Unido. Segundo os termos desse acordo, o Irã se comprometeria a suspender, como uma medida de construção de confiança, todas as atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio – as quais vinham sendo desenvolvidas desde setembro, quando do rompimento do acordo inicial com o EU-3.

Teerã, contudo declarou que tal medida é de caráter temporário e que a suspensão dessas atividades só se dará enquanto as negociações a longo-prazo com França, Alemanha e Reino Unido são levadas a cabo. Ou seja, enquanto ainda está pendente um acordo mutuamente aceitável de longo prazo. Com efeito, o Ministro das Relações Exteriores do Irã, Hassan Rohani, declarou a respeito da suspensão: “Estamos falando de meses e

não anos”.

O Irã firmou o primeiro acordo com o EU-3 em fevereiro de 2004, suspendendo então as atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio. Contudo, em julho, o país voltou a construir partes de centrífugas utilizadas para o enriquecimento e em setembro o país declarou estar convertendo urânio cru em gás a ser utilizado nas centrífugas. Em sua última reunião, no mês de setembro, a Agência adotou uma resolução reprovando o Irã devido à retomada das atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio e estabeleceu o prazo até sua próxima reunião, dia 25 de novembro, para que o país suspendesse por completo tais atividades.

O resultados da recente negociação entre França, Alemanha, Reino Unido e o Irã foi endossado pela AIEA apenas após a retirada da demanda iraniana de manter 20 centrífugas fora do acordo de suspensão, nas quais seriam realizadas atividades de enriquecimento para Pesquisa e Desenvolvimento. Teerã, contudo, após o primeiro dia da reunião do Conselho de Diretores da Agência, voltou atrás nesse ponto e decidiu incluir



as 20 centrífugas no acordo de suspensão. A AIEA irá observar o cumprimento do acordo.

Uma vez verificada a suspensão, as negociações entre Teerã e o UE-3 para um acordo de comércio e cooperação deve continuar. Ademais, segundo os termos do acordo, França, Alemanha e Reino Unido se comprometem a apoiar ativamente a abertura das negociações para a ascensão do Irã na Organização Mundial de Comércio.

Portanto, a despeito da posição dos Estados Unidos - país que tem liderado os apelos para que a AIEA refira o caso do Irã ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde podem ser impostas sanções ao país - a resolução adotada na última reunião da Agência não menciona nenhuma possível ação punitiva caso o país resuma suas atividades de enriquecimento. Não contendo, portanto, nenhum mecanismo que ameace Teerã a ter seu programa nuclear endereçado ao Conselho de Segurança. Além disso, a resolução endossa a iniciativa de suspensão das atividades relacionadas ao enriquecimento e reconhece a cooperação do país nos termos do Protocolo Adicional do TNP - o qual o Congresso iraniano ainda não ratificou.

A resolução, encabeçada pelo UE-3, reflete a posição da União Européia, e da maioria dos países representados no Conselho de Diretores da AIEA, de busca por uma saída diplomática, via negociações, desviando-se de qualquer movimento em direção à imposição de sanções. Essa é também a posição da China, um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, com poder de voto. É, portanto, improvável, que medidas mais drásticas sejam tomadas em relação ao programa nuclear iraniano nos próximos meses, pois o país tem contribuído de maneira aceitável aos olhos da maioria dos países presentes no Conselho de Diretores da AIEA e porque vários países - notadamente europeus e asiáticos -

mantêm relações comerciais com o Irã, o que poderia desviar a possibilidade de imposição de sanções comerciais por parte desses países.

## Referência

[AIEA](#)

[Al Jazeera](#)

[BBC](#)

[NewYorkTimes](#)



# Fim do impasse político na Ucrânia

Resenha  
Segurança

Bernardo Hoffman Versieux  
10 de dezembro de 2004

**Após vários dias de protestos, o impasse político na Ucrânia teve seu fim com a decisão da Suprema Corte em invalidar as eleições presidenciais e com a emenda constitucional aprovada no parlamento, que permitirá a realização de um novo segundo turno das eleições presidenciais no dia 26 de dezembro.**

Desde o dia 21 de novembro a Ucrânia esteve dividida entre os dois blocos: aqueles que apoiavam o candidato da situação Viktor Yanukovych e aqueles que apoiavam o candidato da oposição Viktor Yushchenko. Essa divisão foi resultado das denúncias sobre fraudes no processo eleitoral para a presidência e dividiu tanto a opinião pública do país, quanto o posicionamento político dos países, principalmente da Rússia e União Européia..

No dia 3 de dezembro, mudanças no plano internacional e no plano interno modificaram a situação no país, o que deu fim ao impasse político.

Primeiramente, ocorreu a mudança política da Rússia. Até então, a Rússia apoiava a não realização de novas eleições na Ucrânia como forma de garantir a realização dos interesses do candidato da situação, pró-Rússia. Esse contexto delimitava um choque entre os interesses políticos da Rússia e do Ocidente (Estados Unidos e União Européia) e rivalizava ainda mais o conflito.

O outro fato foi a declaração da Suprema Corte de Justiça da Ucrânia, que considerou o processo eleitoral fraudulento e, consequentemente, inválido. A Suprema Corte ainda

estabeleceu que somente o segundo turno das eleições deveria ser realizado novamente, no dia 26 de dezembro.

O partido da situação considerou a decisão da Suprema Corte inconstitucional e deu início a um processo a fim de anular as eleições presidenciais como um todo e estabelecer um novo processo eleitoral com a possibilidade de inclusão de novos candidatos. Analistas internacionais consideraram essa ação do partido do governo como uma tentativa de escolher um novo candidato com mais prestígio, já que Viktor Yanukovych saiu com a imagem muito abalada pelas denúncias de fraudes.

Enquanto isso, o partido da oposição tentou aprovar no parlamento uma emenda à Constituição, pela qual se permitisse concretizar o que foi estabelecido pela Suprema Corte. Essas disputas entre os dois partidos ainda deixava dúvidas sobre a realização do novo segundo turno no final do mês.

A repercussão da decisão da Suprema Corte para o povo ucraniano foi de modo geral bem recebida, a não ser por alguns protestos no leste do país. Na capital, o cerco aos prédios públicos acabou e em todo o país houve a retomada dos trabalhos e da produção.



Nos dias subsequentes à decisão da Suprema Corte houve um alinhamento ainda maior no sistema internacional entre a Rússia e o Ocidente, que culminou no encontro Rússia - OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) no dia 9 de dezembro em Bruxelas. Nesse encontro ambos os lados afirmaram ter os mesmos objetivos, que são o apoio incondicional às livres eleições e que o novo processo eleitoral seja justo e um reflexo da vontade do povo ucraniano. Por fim, declararam enviar observadores ao país para fiscalizar o novo processo eleitoral.

Também no dia 9 de dezembro, o parlamento ucraniano aprovou a proposta de emenda constitucional que garantiu, então, a reedição do segundo turno das eleições entre Yanukovych e Yushchenko no próximo dia 26 desse mesmo mês.

Apesar do fim dos protestos, algumas pessoas ainda se encontram acampadas na praça da Independência em Kiev e dizem que só irão se retirar do local após a realização das novas eleições, pois acreditam estar colaborando para a manutenção da democracia no país.

Especialistas internacionais acreditam que a estabilidade voltou ao país após todos esses acontecimentos e que as eleições presidenciais devem ocorrem sem maiores contratemplos ou fraudes. Eles ainda acreditam que o reajustamento político russo foi essencial para que o conflito não se agravasse ainda mais, o que possibilitou uma reafirmação das instituições e da democracia na Ucrânia.

Por fim, analistas internacionais e cientistas políticos locais acreditam que o candidato da oposição, Viktor Yushchenko, eleja-se na reedição das eleições com uma boa margem frente ao candidato Viktor Yanukovych, visto a perda de credibilidade do mesmo tanto pelas fraudes eleitorais, quanto pela suspeita de ter envenenado Yushchenko.

## Referência

### Sites

BBC -

<http://www.bbcnews.co.uk>

CNN -

<http://www.cnn.com>

The Washington Post -

<http://www.washingtonpost.com>

### Ver também:

02/12/2004 - [Ucrânia: entre a Rússia e o Ocidente](#)



---

# Reunião de Cuzco marca lançamento da Comunidade Sul Americana de Nações

---

Resenha  
Desenvolvimento / Economia e Comércio / Integração Regional

*Wesley Robert Pereira*  
13 de dezembro de 2004

A III Reunião de presidentes da América do Sul debate as questões de integração física do subcontinente e seu financiamento. Esse encontro é uma continuação da iniciativa brasileira de formação de um bloco econômico iniciado em 2000 em Brasília.

Entre os dias 7 a 9 de dezembro, doze representantes de governo se reuniram em Cuzco, Peru, para debater os rumos da integração da América do Sul. A III Reunião de Presidentes da América do Sul foi marcada pelo lançamento da Comunidade Sul Americana de Nações (CSAN) e pela ratificação pelos representantes governamentais da "Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010", programa este que irá focar em 31 projetos de integração física da América do Sul e que prevê para tal um orçamento US\$ 4,3 bilhões.

Os mecanismos para a constituição de um espaço comum regional na América do Sul foram lançados em Brasília quando da I Reunião de Presidentes da América do Sul em 31 de agosto e 1 de setembro de 2000. Esses mecanismos foram a coordenação política e as negociações comerciais entre Mercosul, Comunidade Andina de Nações (cujos membros são Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) e o Chile. Ainda nessa reunião de Brasília foi criada a Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) que tem como

objetivo, a longo prazo, a integração física da região.

A II Reunião de Presidentes da América do Sul foi em Guayaquil, Equador, nos dias 26 e 27 de julho de 2002. Nela os chefes de Estados reafirmaram a importância estratégica da IIRSA como instrumento de integração sul americana e foi firmado o Consenso de Guayaquil que renovou o compromisso dos países da região com os princípios democráticos e os direitos humanos.

Para José Paulo Silveira, ex-secretário de Planejamento Estratégico do governo de Fernando Henrique Cardoso e um dos idealizadores da integração física da América do Sul, nesses últimos quatro anos houve avanços institucionais que eram necessários à IIRSA. Contudo, houve poucos resultados concretos nesse mesmo período e que, agora, serão retomados, em Cuzco, 31 projetos para a integração física da América do Sul que estarão a cargo da IIRSA através da "Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010".

O financiamento desses projetos além de contar com a ajuda dos governos da região também terá recursos da iniciativa



privada. Um desses projetos a ser implementado pela iniciativa privada é a construção de um gasoduto no nordeste da Argentina para transportar gás boliviano e está orçado em US\$ 1 bilhão (o mais caro até o momento). Instituições regionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF), organismo financeiro dos países andinos, já se disponibilizaram para financiar os projetos de infra-estrutura.

Durante o evento, foi assinado um acordo bilateral entre Brasil e Peru para a execução do projeto de construção de uma rodovia interoceânica ligando a cidade de Assis no Acre à cidade peruana de Iñapari. Isso permitirá ao Brasil ligar o Oceano Atlântico aos portos peruanos de Illo e Matarani no Oceano Pacífico. Essa rodovia interoceânica é um projeto com vista à integração física da América do Sul. Um dos objetivos dessa obra também é promover a integração entre o Mercosul e a Comunidade Andina. O custo estimado dessa obra é de US\$ 700 milhões dos quais US\$ 417 milhões serão financiados pelo Programa de Financiamento às exportações (PROEX) do Brasil. O financiamento complementar ficará a cargo do governo peruano com a Comunidade Andina de Fomento.

A Comunidade Sul Americana de Nações é uma tentativa de constituir um bloco econômico que contaria com 361 milhões de habitantes, 17 milhões de km<sup>2</sup> (representando 45% de todo o continente americano), PIB de US\$ 973 bilhões e exportações superiores a US\$ 180 bilhões. Com essas especificações o presidente peruano Alejandro Toledo classificou esse futuro bloco como um dos maiores do mundo. E na verdade é o terceiro maior do mundo atrás apenas do Nafta e da União Européia. O prazo para a consolidação desse bloco econômico é de 15 anos e nesse percurso contaria com a derrubada de fronteiras econômicas/comerciais entre seus membros e a criação de instituições

supranacionais.

A III Reunião de Presidentes da América do Sul não contou com todos os 12 presidentes sul-americanos. Os presidentes da Argentina, Paraguai, Uruguai e do Equador estiveram ausentes no encontro, mas enviaram representantes. Nestor Kirchner, presidente da Argentina, parceiro maior do Brasil no Mercosul, comunicou que não estaria na reunião de Cuzco por motivos de saúde, já que a antiga capital do Império Inca fica a 3400 metros acima do nível do mar. O mesmo alegou o presidente do Uruguai Jorge Batlle enquanto que o presidente paraguaio, Nicanor Duarte, disse que precisava resolver questões internas. Ao ser indagado sobre as ausências dos presidentes dos Estados partes do Mercosul o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva disse: "Eu só espero que quando Celso Amorim [Ministro das Relações Exteriores] comunicar em uma reunião que não estarei presente, que as pessoas não duvidem da minha palavra".



## Referência

### Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

BBC Mundo: Especial Mercosul

<http://www.bbc.co.uk/spanish/especiales/mercosur/intro.stm>

Gazeta Mercantil

<http://www.gazetamercantil.com.br/pt/ajuda.aspx>

Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)

<http://www.iirsa.org/home.asp?CodIdioma=ESP>

Ministério das Relações Exteriores do Brasil

<http://www.mre.gov.br/>

Valor Econômico

<http://www.valoreconomico.com.br/?show=index>

### Ver também:

02/12/2004 - [Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul](#)

14/12/2004 - [A arquitetura institucional do Mercosul no marco dos dez anos do Protocolo de Ouro Preto](#)

04/03/2005 - [O Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul](#)

15/04/2005 - [Equador e o equilíbrio regional](#)

01/06/2005 - [Argentina, Brasil e Venezuela prevêem criação do Petrosul](#)



---

# Conselho Mercado Comum do Mercosul se reúne às vésperas do aniversário de dez anos do bloco

---

Resenha  
Integração Regional

*Camila Penna de Castro*  
15 de dezembro de 2004

---

**As reuniões do Conselho Mercado Comum, do Grupo Mercado Comum e dos empresariais do Mercosul deverão resultar em trabalhos a serem incluídos nos documentos finais, os quais serão formalizados pelos Chefes de Estado durante a Cúpula de Presidentes em Ouro Preto, no dia 17 de dezembro.**

---

**A** 27<sup>a</sup> Reunião do Conselho Mercado Comum do Mercosul tomará lugar em Belo Horizonte, Minas Gerais, nos dias 15 e 16 de dezembro. O Conselho Mercado Comum (CMC) é o principal órgão decisório do Mercosul, formado por Ministros de Economia e Chefes de Estado dos quatro países. O CMC emite decisões, que por sua vez são endossadas pelo Grupo Mercado Comum (GMC) - o órgão executivo do bloco. O GMC é formado por quatro membros titulares e quatro membros alternos de cada país, representantes dos ministérios e presidentes dos Bancos Centrais. Subdivide-se em 14 Subgrupos de Trabalho, 2 comitês, 6 grupos *ad hoc*, 6 reuniões especializadas, uma comissão sociolaboral e um Grupo de Serviços. O GMC emite resoluções com vistas a executar o que foi decidido no CMC. Para seu assessoramento o GMC conta com a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM). A ela compete velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados-parte. A CCM emite diretivas e propostas ao GMC

e é integrada também por quatro representantes titulares e quatro alternos de cada país.

As reuniões ordinárias do CMC ocorrem no mínimo duas vezes ao ano. Nelas são discutidas questões que dizem respeito a todos os aspectos do bloco. O CMC endereça, então, a execução de cada decisão ao órgão específico competente; sejam os subgrupos do GMC, seja a Comissão de Comércio do Mercosul ou a Secretaria Administrativa do Mercosul. Os temas a serem tratados pelo órgão superior do bloco são organizados também de acordo com os Programas de Trabalho aprovados a cada dois anos pelo próprio CMC. As diretrizes estabelecidas pelo Programa de Trabalho 2004-2006, aprovado em dezembro de 2003, foram discutidas na última reunião do CMC - em Puerto Iguazú, na Argentina e devem ser tratadas também na reunião de Belo Horizonte.

O Programa de trabalho 2004-2006 engloba os seguintes temas: o Mercosul Econômico-Comercial, o Mercosul Social, Mercosul Institucional e Nova Agenda de



**Integração.** Os temas de maior relevância, os quais serão tratados mais cuidadosamente durante a reunião, inserem-se nessas diferentes áreas. A Tarifa Externa Comum, a criação do Parlamento Mercosul, e os temas sociais são alguns exemplos. Uma breve explicação desses e de outros itens do Programa estão disponíveis em: Programa de Trabalho 2004-2006.

Nos dias 13, 14 e 15 de dezembro ocorrerão também reuniões do GMC, que tratarão, entre outros temas, do atual problema de cobrança dobrada da Tarifa Externa Comum (TEC). Esse problema consiste no fato de que é cobrada uma tarifa para que um produto vindo de fora do bloco ingresse em algum de seus membros, contudo, se esse produto é enviado deste país a outro, dentro do próprio Mercosul, a tarifa é cobrada para o ingresso deste produto novamente no outro país. O que aumenta o preço do bem no interior do bloco, podendo enfraquecer a União Aduaneira<sup>1</sup>.

O Mercosul é atualmente uma União Aduaneira incompleta; o que significa que o bloco tem livre circulação de bens, à exceção de alguns setores, e em tese uma única tarifa externa para produtos vindos de fora. Entretanto, nem todos os produtos comercializados pelo bloco estão incluídos na lista de TEC. Embora grande parte dos produtos seja comercializada sem tarifas, muitos deles têm seu preço aumentado devido à cobrança dobrada da TEC, barreiras não-tarifárias (BNT's) e outras medidas de restrição comercial – como cotas de importação e denúncias anti-dumping – freqüentemente impostas sob a justificativa de proteção dos direitos comerciais.

Parte do setor empresarial brasileiro, todavia, argumenta que o bloco deve voltar a ser uma área de livre comércio – o que segundo eles já ocorre, na prática.

Esse argumento é fundamentado na evidência de que o comércio individual de cada país com outro país ou bloco no sistema internacional seria mais benéfico, e o país, de modo geral, teria mais a lucrar. Entretanto, para um bloco que, em sua criação almejava ser um Mercado Comum, voltar a ser uma área de livre comércio não deixaria de ser um retrocesso e uma frustração sob o ponto de vista dos interesses políticos. Ademais, isso poderia ter uma repercussão negativa tanto aos olhos dos líderes dos países membros quanto aos olhos dos parceiros comerciais internacionais – como, por exemplo, a União Européia, que atualmente negocia um acordo comercial com o bloco como um todo.

É, portanto, mais provável que os ministros e outros membros do executivo e legislativo presentes na capital mineira ajam no sentido de tentar fortalecer os laços institucionais do Mercosul. A reunião dos representes dos Parlamentos Nacionais na Assembléia Legislativa – tentativa de coordenar esforços para a evolução de uma Comissão Parlamentar Conjunta para um Parlamento do Mercosul – seria um passo nesse sentido. A discussão acerca do fortalecimento institucional dar-se-á também no tocante ao papel da Secretaria Administrativa do Mercosul, que além de um papel exclusivamente operacional passaria a acumular também funções técnicas no bloco.

Em ocasião do aniversário de dez anos da assinatura do Protocolo de Ouro Preto, que deu caráter institucional ao Mercosul, os Chefes de Estado dos quatro países, dos membros associados: Peru, Chile e Bolívia, e dos demais países da América do Sul, irão se reunir na Cúpula de Presidentes do Mercosul, na mesma cidade na qual foi criado o bloco. Os presidentes deverão assinar os documentos finais resultantes das negociações da semana. Alguns aspectos do bloco serão reavaliados com vistas a melhorar problemas de ordem econômico-

<sup>1</sup> Para definição de União Aduaneira, ver termo “Integração, níveis de” no glossário.

comercial e institucional, que foram identificados na última década. Espera-se que as resoluções contenham elementos do trabalho final das reuniões do GMC, do CMC e do Primeiro Encontro Empresarial do Mercosul - evento realizado paralelamente nos dias 15 e 16 de dezembro de 2004. Importante destacar que a observância dos interesses da classe empresarial é importante para facilitar a coordenação desta com os governos, aumentando assim o grau de interdependência do Mercosul - o que por sua vez poderia aumentar sua efetividade.

## Referência

### Sites:

Jornal do Brasil

<http://www.jb.com.br>

Jornal O Tempo

<http://www.otempo.com.br>

Ministério das Relações Exteriores do Brasil <http://www.mre.gov.br/>

Página Oficial Brasileira do Mercosul  
<http://www.mercosul.com.br/textos>

Portal Mercosul -

<http://www.mercosur.org.uy>

Portal Ouro Preto

<http://www.ouropreto.com.br>

## ConjunturaInternacional

**Pontifícia Universidade Católica - MG**

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

### Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Penna de Castro; Daniel Ferreira Mendes; Gabriel Pereira; Jéssica Naime; Layla Dawood; Liz Lacerda; Vinícius Betsur Alvarenga; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: [ci@pucminas.br](mailto:ci@pucminas.br) website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

